

TERRITORIAL



O governo Temer aumenta a desigualdade de renda entre negros e não-negros. Esta desigualdade, que vinha sendo reduzida nos governos anteriores, cresceu, em apenas cinco trimestres, na mesma proporção que os governos neoliberais fizeram em uma década nos anos 1990. Hoje os trabalhadores negros ganham cerca de 55,2% do que ganham os trabalhadores não-negros.

A proporção da renda dos trabalhadores negros¹ é historicamente inferior ao dos trabalhadores não-negros, devido a fatores histórico-sociais e políticos. Os trabalhadores negros acabam por ocupar a maior parte dos cargos pior remunerados ou muitas vezes recebem menores salários do que os não-negros para as mesmas funções, o que faz desta desigualdade um fator estrutural, de árduo, mas possível enfrentamento. O que os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC Trimestral), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vêm demonstrando nos últimos cinco trimestres é que esse enfrentamento perdeu muito de sua força.

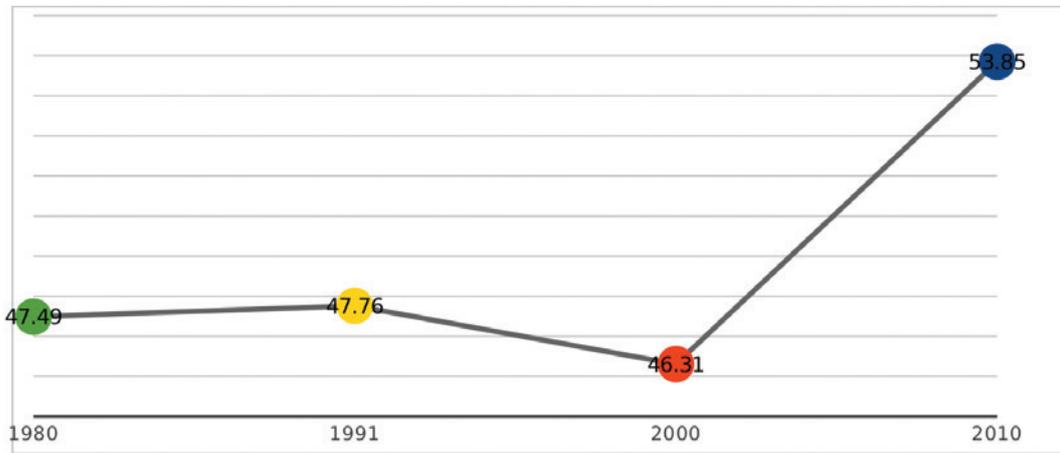
Renda dos trabalhadores negros - 1980 a 2010

Como pode-se observar no gráfico 1, o período inicial de transição do governo militar para o democrático não propiciou inicialmente uma redução desta desi-

gualdade, pois o trabalhador negro oscilou positivamente em apenas 0,3 ponto percentual, quando recebia uma remuneração média proporcional a 47,5% dos rendimentos do trabalho dos não-negros em 1980 e viu este número ir a 47,8 em 1991.

O período seguinte foi pior. A política neoliberal implantada pelos governos daquela década, ao que tudo indica, aumentou esta disparidade, e os negros ocupados chegaram a ganhar 46,3% dos não-negros, uma queda de aproximadamente 1,5 ponto percentual. De 2000 a 2010, provavelmente como resultado das políticas sociais e econômicas dirigidas às populações perversamente incluídas na estrutura social, houve um grande avanço na redução desta desigualdade. Ainda que significativamente distante do ideal, pela primeira vez esta proporção superou os 50%, chegando a 53,9% em 2010, e, como veremos a seguir, acima do patamar de 57% em 2013 e 2014.

Gráfico 1 - Brasil. Variação da proporção (%) da renda do trabalhador negro em relação à do não-negro (1980 a 2010)



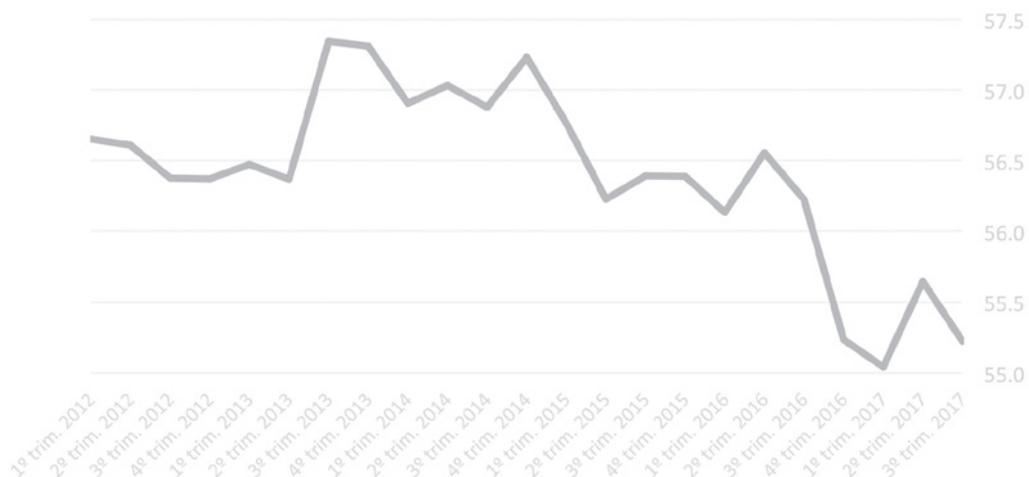
Fonte: Elaboração FPA, a partir dos microdados dos Censos Demográficos/IBGE, para 1980, 1991, 2000 e 2010.

Renda dos trabalhadores negros - 2012 a 2017

O rendimento dos trabalhadores negros seguiu crescendo e a desigualdade sendo reduzida após 2010, com índices sempre superiores a 56%, e com picos de 57,3% e 57,2% em 2013 e 2014, respectivamente. Quando o

então interino Michel Temer apoderou-se da presidência da República, no segundo trimestre de 2016, esta proporção de renda era de 56,6%, e, no primeiro e terceiro trimestres de 2017, atingiu as menores marcas dos últimos seis anos, 55% e 55,2%, respectivamente.

Gráfico 2 - Variação da proporção (%) da renda do trabalhador negro em relação ao não-negro (2012 a 2017)



Fonte: Elaboração FPA, a partir dos microdados da PNADC Trimestral/IBGE, para o período de 2012 a 2017.

Quando se lança o olhar para as grandes regiões do país, percebe-se que a proporção de renda dos trabalhadores negros em relação aos não-negros é significativamente superior à média do país em quase todas as regiões. Isto decorre da exceção que é a região Sudeste, onde os resultados são historicamente piores

do que os das demais regiões, mas que, por ser a mais populosa, acaba atraindo a média para seu resultado. Notadamente, o quadro 1 expõe que o Nordeste foi onde a desigualdade negros/não-negros mais se ampliou em 2017, com a renda do trabalhador negro caindo 5,1 pontos percentuais (pp) em relação ao

segundo trimestre de 2016. O Sudeste demonstrou menor redução, 1,2 pp, e a região Centro-Oeste foi a única que apresentou melhora neste indicador: a pro-

porção da renda do trabalhador negro em relação ao não-negro subiu de 64,6% para 66,3%, a menor desigualdade regional do país.

Quadro 1 - Variação da proporção da renda de todos os trabalhos dos ocupados negros e não-negros

Unidade territorial	2º trimestre de 2016	3º trimestre de 2017	Variação (em pontos percentuais)
Nordeste	64,9	59,8	-5,1
Norte	65	61,8	-3,2
Sul	66,6	64,3	-2,3
Sudeste	55,5	54,3	-1,2
Centro-oeste	64,6	66,3	1,7
Brasil	56,6	55,2	-1,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE.

Pode-se observar, no quadro 2, que Rondônia e Roraima, por exemplo, são os estados menos desiguais do país neste aspecto. Neles, os negros ocupados recebem cerca de 81,2% e 78,2%, respectivamente, da remuneração dos não-negros ocupados. Já o Amazonas, Pernambuco e São Paulo são os estados onde o negro ocupado enfrenta as maiores desigualdades, com sua remuneração correspondendo a apenas 50,6%, 51,6% e 52,1%

do que ganham os não-negros, respectivamente.

Em média, o maior salário do país oferecido a este público se dá no Distrito Federal, R\$ 2.918,74. No entanto, isto corresponde a cerca de 56,8% do que recebe o não-negro pela sua mão de obra, em média. Já o Maranhão, com remuneração média de R\$ 1.088,37, Alagoas, R\$ 1.147,40, e o Ceará, R\$ 1.169,33, ofertam os menores salários do país.

Quadro 2 - Rendimento e variação da proporção do rendimento dos trabalhadores negros e não-negros

Estado da Federação	Rendimento do trabalhador negro (3º trim. 2017)	Rendimento do trabalhador não-negro (3º trim. 2017)	2º trim. 2016	3º trim. 2017	Variação no período
			% do rendimento do trabalhador negro em relação ao trabalhador não-negro		
Amapá	2.024,96	3.181,39	83,2	63,7	-19,6
Maranhão	1.088,37	1.980,78	70,9	54,9	-16,0
Rio Grande do Norte	1.277,41	1.966,98	76,6	64,9	-11,6
Tocantins	1.549,34	2.440,98	72,1	63,5	-8,6
Sergipe	1.390,96	2.103,50	73,1	66,1	-7,0
Bahia	1.237,87	1.947,27	70,3	63,6	-6,8
Pará	1.292,41	2.083,88	67,4	62,0	-5,4
Santa Catarina	1.736,43	2.422,51	77,0	71,7	-5,4
Pernambuco	1.311,29	2.542,18	56,6	51,6	-5,0
Acre	1.505,79	2.489,69	64,5	60,5	-4,1
Minas Gerais	1.502,35	2.367,71	66,8	63,5	-3,4
Ceará	1.169,33	1.953,01	63,2	59,9	-3,4
Goiás	1.718,06	2.415,79	73,8	71,1	-2,7
São Paulo	1.750,23	3.357,27	54,4	52,1	-2,3
Amazonas	1.474,75	2.914,66	52,5	50,6	-2,0
Paraná	1.586,85	2.564,51	63,8	61,9	-1,9
Rio Grande do Sul	1.576,08	2.511,51	64,3	62,8	-1,5
Espírito Santo	1.628,74	2.472,58	67,1	65,9	-1,2
Mato Grosso do Sul	1.791,65	2.535,79	71,7	70,7	-1,1
Mato Grosso	1.854,31	2.767,05	65,4	67,0	1,7
Paraíba	1.342,08	1.838,44	70,0	73,0	3,0
Alagoas	1.147,40	1.701,34	64,4	67,4	3,1
Rondônia	1.670,33	2.058,22	77,2	81,2	4,0
Distrito Federal	2.918,74	5.137,38	51,1	56,8	5,8
Piauí	1.213,40	1.890,21	58,0	64,2	6,2
Rio de Janeiro	1.759,84	2.947,56	53,2	59,7	6,5
Roraima	1.903,62	2.434,67	60,4	78,2	17,8
Brasil	1.530,68	2.771,87	56,6	55,2	-1,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE

No entanto, algumas destas situações eram substancialmente diferentes cinco trimestres atrás. A redução de 1,3 ponto percentual na participação da remuneração dos negros no país, do segundo trimestre de 2016 ao terceiro de 2017, foi maior em alguns estados, principalmente para a maioria dos do Norte-Nordeste. No Amapá, a redução desta participação foi de quase 20 pp, de 83,2%, a então melhor do país, para 63,7%, a 13ª melhor. Todavia, também apresentaram considerável aumento da desigualdade as seguintes unidades da federação: Maranhão (-16 pp), Rio Grande do Norte (-11,6 pp), Tocantins (-8,6 pp), Sergipe (-7 pp), Bahia (-6,8 pp), Pará (-5,4 pp), Santa Catarina (-5,4 pp) e Pernambuco (-5 pp).

Das 27 unidades federativas brasileiras, apenas oito apresentaram melhoras neste indicador. Os destaques positivos são: Roraima (+17,8 pp), Rio de Janeiro (+6,5 pp), Piauí (+6,2 pp) e Distrito Federal (+5,8 pp).

Presença dos trabalhadores negros no país - 2017

A presença dos trabalhadores negros também varia muito regionalmente e é massiva nas regiões Norte e Nordeste, como demonstra o quadro 3. A elas pertencem os quinze estados onde o mercado de trabalho é mais negro. No Amapá, Pará e Bahia, mais de 80% dos trabalhadores se declaram de cor preta ou parda. Todos os estados destas duas regiões possuem pelo menos 60% de trabalhadores negros.

De acordo com o censo comum, os estados do Sul e na sequência, do Sudeste, são os com menor presença negra. Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente, possuem apenas 16% e 18,2% de seus trabalhadores de raça negra. Santa Catarina, todavia, é o quarto menos desigual do país. Lá os trabalhadores negros possuem remuneração do trabalho correspondente a 71,7% do que recebem os não-negros.

Quadro 3 - Número e percentual de trabalhadores negros

Estado da Federação	Nº de trabalhadores negros (3º trim. 2017)	Nº de trabalhadores não-negros (3º trim. 2017)	% de trabalhadores negros	Total de trabalhadores (3º trim. 2017)
Amapá	239.688	51.347	82,4	291.035
Pará	2.575.125	616.191	80,7	3.191.316
Bahia	4.655.115	1.118.798	80,6	5.773.913
Amazonas	1.084.858	277.770	79,6	1.362.628
Maranhão	1.797.159	461.731	79,6	2.258.890
Acre	219.560	57.677	79,2	277.236
Piauí	929.592	246.682	79,0	1.176.274
Sergipe	655.672	180.629	78,4	836.301
Tocantins	450.829	135.171	76,9	586.000
Alagoas	757.747	254.536	74,9	1.012.283
Ceará	2.457.667	922.367	72,7	3.380.034
Roraima	134.574	54.031	71,4	188.605
Rondônia	536.559	225.924	70,4	762.483
Paraíba	1.013.768	474.451	68,1	1.488.219
Pernambuco	2.233.583	1.060.084	67,8	3.293.667
Mato Grosso	998.668	515.003	66,0	1.513.672
Distrito Federal	900.414	522.117	63,3	1.422.531
Goiás	2.060.769	1.223.959	62,7	3.284.728
Rio Grande do Norte	801.091	479.443	62,6	1.280.534
Espírito Santo	1.058.037	721.963	59,4	1.780.000
Minas Gerais	5.549.548	3.976.882	58,3	9.526.430
Rio de Janeiro	4.034.128	3.257.384	55,3	7.291.512
Mato Grosso do Sul	668.745	573.642	53,8	1.242.386
São Paulo	8.109.049	13.427.098	37,7	21.536.147
Paraná	1.606.692	3.710.963	30,2	5.317.655
Rio Grande do Sul	978.119	4.404.112	18,2	5.382.231
Santa Catarina	559.714	2.932.756	16,0	3.492.470
Brasil	47.066.467	41.882.710	52,9	88.949.178

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE.

No Brasil, no terceiro trimestre de 2017, existiam aproximadamente 89 milhões de trabalhadores. Destes, 47 milhões (53%) se declararam negros (de cor preta ou parda). Os estados com mais trabalhadores negros

são: São Paulo, com 8,1 milhões de pessoas, Minas Gerais, com 5,5 milhões, Bahia, com 4,6 milhões, e Rio de Janeiro, com quatro milhões de pessoas negras ocupadas.

Para ver mais, consultar:

1. Foram considerados trabalhadores negros todos os ocupados no mercado de trabalho que se declararam de cor preta ou parda nas pesquisas PNAD e Censo Demográfico, ambas do IBGE.